Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar
Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência - Ananindeua/PA

CNPJ nº 24.232.886/0134-98

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro - Em reais

Ativo	Nota	2.017	2.016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.178.499	6.398.737
Contas de receber	5	13.595.988	12.540.214
Estoques	6	3.372.174	2.614.868
Despesas Antecipadas		313.798	444.547
Outros ativos circulante		599.404	393.452
		24.059.863	**22.391.818**
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais		132.995	34.333
Empréstimos de medicamentos	7	906.166	906.166
		1.039.161	**940.499**
Imobilizado	8	5.805.386	5.022.068
Intangível	8	21.075	39.306
Subvenções a realizar	8	(4.143.531)	(4.509.926)
		1.682.930	**551.448**
		2.722.091	**1.491.947**
Total do Ativo		**26.781.954**	**23.883.765**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2.017	2.016
Circulante			
Fornecedores	9	2.871.166	3.312.606
Honorários médicos	10	1.882.174	1.775.272
Obrigações sociais e trabalhistas	11	9.202.861	9.447.539
Obrigações fiscais	12	1.066.224	1.318.300
Partes relacionadas	13	4.605.916	3.656.074
Estoques de terceiros	14	676.546	676.546
Receitas diferidas	15	500.200	182.200
Outros passivos circulantes		35.722	62.931
		20.840.809	**20.431.468**
Não Circulante			
Provisão para descontinuidade	16	5.435.075	4.183.412
		5.435.075	**4.183.412**
Patrimônio Líquido (Negativo)			
Patrimônio social (negativo)		(731.115)	(3.513.829)
Superávit do exercício		1.237.185	2.782.714
		506.070	**(731.115)**
Total do Passivo		**26.781.954**	**23.883.765**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido negativo Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais

	Patrimônio social (negativo)	Superávit (déficit) do exercício	Total
Em 1° de janeiro de 2.016	**496.727**	**(4.010.556)**	**(3.513.829)**
Transferência	(4.010.556)	4.010.556	**-**
Superávit do exercício	-	2.782.714	2.782.714
Em 31 de dezembro de 2.016	**(3.513.829)**	**2.782.714**	**(731.115)**
Transferência	2.782.714	(2.782.714)	**-**
Superávit do exercício	-	1.237.185	1.237.185
Em 31 de dezembro de 2.017	**(731.115)**	**1.237.185**	**506.070**

Demonstração do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais

Receitas Operacionais	Nota	2.017	2.016
Receitas Operacionais			
Receitas de subvenções - custeio	18	115.050.671	114.020.177
Receitas de subvenções - investimento	8b	838.895	721.674
Receitas financeiras		346.970	380.464
Outras receitas		35.343	47.226
Total das Receitas		**116.271.879**	**115.169.541**
Despesas Operacionais			
Despesa com pessoal	19	(53.216.597)	(51.276.124)
Serviços de terceiros	20	(26.973.995)	(26.950.447)
Custo Corporativo Compartilhado	21	(5.129.494)	(4.861.721)
Drogas, medicamentos e materiais	22	(21.408.757)	(21.230.381)
		(106.728.843)	**(104.318.673)**
Água, energia elétrica e telefone		(3.861.867)	(3.640.202)
Depreciação e amortização	8b	(729.089)	(600.467)
Aluguéis		(428.596)	(302.348)
Correio e comunicação eletrônica		(15.070)	(33.407)
Manutenção		(1.534.432)	(1.903.057)
Viagens e ajuda de custo		(313.281)	(313.412)
Taxas e contribuições		(54.894)	(78.673)
Despesas financeiras		(290.367)	(846.452)
Softwares e Suporte e Informática		(773.131)	-
Ajuste de Inventario (Imobilizado)		-	(85.886)
Outras		(305.124)	(264.250)
		(8.305.851)	**(8.068.154)**
Total das Despesas		**(115.034.694)**	**(112.386.827)**
Superávit do Exercício		**1.237.185**	**2.782.714**

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro - Em Reais

	2.017	2.016
Superávit do Exercício	**1.237.185**	**2.782.714**
Outros resultado abrangentes	**-**	**-**
Resultado Abrangente do Exercício	**1.237.185**	**2.782.714**

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto
Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais

	2.017	2.016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	**1.237.185**	**2.782.714**
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	729.089	600.467
Valor residual de ativo imobilizado baixado	-	132.932
Realização de subvenções de investimento	(838.895)	(721.674)
Superávit do exercício ajustado	**1.127.379**	**2.794.439**
Variações nos ativos e passivos		
Contas de receber de clientes	(5.237.774)	228.671
Estoques	(757.306)	(831.313)
Despesas Antecipadas	130.749	(444.547)
Outros ativos circulante	(205.952)	88.029
Depósitos judiciais	(98.662)	(34.333)
Empréstimos de medicamentos	-	-
Fornecedores	(441.440)	(2.186.450)
Honorários médicos	106.902	(1.205.540)
Obrigações sociais e trabalhistas	(244.678)	2.054.095
Obrigações fiscais	(252.076)	(969.379)
Receitas diferidas	4.500.000	-
Outros passivos circulantes	(27.209)	31.018
Provisão para descontinuidade	1.251.663	1.101.293
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(148.404)**	**625.983**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado	(1.388.071)	(1.352.596)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(1.388.071)**	**(1.352.596)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos tomados (pagos) - partes relacionadas	949.842	1.247.045
Subvenções governamentais para investimento	366.395	467.332
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**1.316.237**	**1.714.377**
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	**(220.238)**	**987.764**
Demonstração da (redução) do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	6.398.737	5.410.973
No fim do exercício	6.178.499	6.398.737
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	**(220.238)**	**987.764**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2.017 e 2.016 - Cifras apresentadas em reais.

1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada "a Entidade", é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social: I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial. II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. III - Desenvolver a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da saúde. IV - Levar a efeito atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades: I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, faculdades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo. II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstico ou a administração propriamente dita, a Entidades congêneres ou não e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. **b) Contrato de Gestão - Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência:** A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar em 12 de dezembro de 2.012, celebrou com o Governo do Estado do Pará, contrato de gestão n° 046/2012 para o gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência. Em 12 de dezembro de 2017 a Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, pactuou com o Governo do Estado do Pará, o novo contrato de gestão n° 004/2017 dando continuidade no gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde por mais 60 meses. O Governo do Estado do Pará, através de sua Secretaria Especial de Estado de Proteção Social e da Secretaria Executiva de Estado de Saúde Pública, instituiu o Grupo Técnico de Controle e Avaliação da Gestão dos Hospitais Metropolitano e Regionais, que procederá ao acompanhamento da execução do contrato e a verificação periódica do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos pela Organização Social com a aplicação dos recursos sob sua gestão, elaborando relatório circunstanciado, cuja cópia deverá ser, inclusive, encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado do Pará. A verificação é relativa ao cumprimento das diretrizes e metas definidas no contrato e restringir-se-á aos resultados obtidos em sua execução, através dos indicadores de desempenho estabelecidos, em confronto com as metas pactuadas e com a economicidade no desenvolvimento das respectivas atividades. As etapas do processo de avaliação do Contrato de Gestão estão divididas da seguinte forma: I – Prestação de Serviços Hospitalares (Mapa de Produção) II – Indicadores de Qualidade; e III – Prestação de Contas. **2. Base de Preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC n° 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 23 de Março de 2018. **2.1. Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. **2.3. Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas: • Nota 8 – Depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível; **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a) Ativos circulantes e não circulantes:** • Caixa e equivalentes de caixa: Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com risco insignificante de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. • Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. • Estoques: Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. • Imobilizado: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. • Intangível: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a amortização correspondente, que é calculada levando em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. **b) Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **c) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **d) Receita diferida:** As receitas diferidas de custeio ou de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 – (Subvenção e Assistência Governamentais). Receita diferida - investimento: Inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, redutora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício. **e) Patrimônio social:** Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **f) Receitas e despesas:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. Receitas de subvenções custeio: As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. Custos e despesas: Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados. **g) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixas e contas a receber de clientes. • **Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações

continua